

# **ENSINO DE HISTÓRIA**

## **USOS DE FONTES EM SALA DE AULA**

Márcia Elisa Teté Ramos  
(organizadora)

---

Capa: Convex and Concave M. C. Escher (1955)

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central  
da Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

E59 Ensino de história : usos de fontes em sala da aula  
/ Márcia Elisa Teté Ramos (organizadora). –  
Maringá : Edições Diálogos, 2019.  
176 p. : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-88613-23-2

1. História – Estudo e ensino. 2. História –  
Fontes. I. Ramos, Márcia Elisa Teté.

Bibliotecária: Solange Gara Portello – CRB-9/1520

## SUMÁRIO

**Apresentação: A verdade está nos olhos de quem vê? Ideias históricas problemáticas no senso comum e no novo revisionismo**

Márcia Elisa Teté Ramos.....9

**Resistência e marginalidade: uma problematização da condição dos indígenas kaingang em Maringá (PR)**

Giovana Eloá Mantovani Mulza e Regina Célia Daefiol..... 19

**Os afro-sambas (1966) e a cultura afro-brasileira no ensino da história**

Ana Carla Rodrigues Ribeiro e Gabriela Harumi Araki .....35

**A participação feminina em conflitos bélicos a partir de fotografias: limites e possibilidades**

Alana Trevisan Brito e Luana Carolina dos Santos ..... 51

**Uso de fotografia: causas operárias e antecedentes da Revolução de 1930**

Gustavo Marengoni Almeida e Luís Felipe Zanella .....63

**O movimento Cruzadista visto pelos Árabes através**

Rodrigo Dantas e Vinicius Tivo Soares .....77

**Como era o ir e vir: embarcações e questões sanitárias segundo relatos e imagens**

Gabrielle Legnaghi de Almeida e Mateus Salesse Silva.....93

Márcia Elisa Teté Ramos (organizadora)

Heloisa Peixoto B. de Moraes e Joyce de Oliveira Rosa..... 105

**A expansão e influência do classicismo do Imperial Romano a partir da arquitetura**

Murilo Moreira de Souza e Murilo Tavares Modesto..... 129

**Inglaterra triunfa: Uma análise sobre o fascismo através de V de Vingança**

Guilherme Meneghetti Xavier da Silva e Lucas Silva de Oliveira ..... 147

**A criação de um herói na Independência do Brasil**

Jaqueline Felix de Carvalho e Sarah Duarte Basilio ..... 163

**Conselho editorial**

Ana Lúcia da Silva

Arnaldo Martin Szlachta Junior

Delton Aparecido Felipe

Hudson Siqueira Amaro

Isabel Cristina Rodrigues

José Henrique Rollo Gonçalves

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

Márcio José Pereira

# **APRESENTAÇÃO**

## **“A VERDADE ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ?”**

### **Ideias históricas problemáticas no senso comum e no novo revisionismo**

*Márcia Elisa Teté Ramos*

O ensino de história dentro da área da História parece que sempre foi o “patinho feio”. Desprezado pelas outras disciplinas, considerado algo que deveria ser transposto para os departamentos de educação, e, quando linha de pesquisa, visto com suspeição. Suspeição porque quando se fala de ensino de história, o comum é associar ao “como fazer”. Às metodologias de ensino, às didáticas e não à pesquisa. Faz anos que a área de ensino e aprendizado histórico vem buscando sua legitimidade como campo acadêmico especializado, científico. Neste decorrer do tempo, alguns cursos de pós-graduação fomentaram linhas de pesquisa em ensino de história como é o caso da Universidade Estadual de Londrina no curso de Mestrado em História Social. Outras iniciativas foram registradas em prol desta linha em outras instituições, apenas me remeto a esta, onde trabalhei durante 10 anos como professora/orientadora.

Outra experiência importante neste sentido de relacionar prática e pesquisa é o Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) que visa pensar a prática

de forma fundamentada, articulando habilidades do profissional da história: pesquisador e professor.

Hoje se faz cada vez mais presente a necessidade de legitimar um campo, não só nos programas de pós-graduação. Algumas crenças circulantes na sociedade pautam-se na desqualificação/deslegitimação do profissional da história. A História parece significar mais uma questão de opinião do que de conhecimento fundamentado/argumentado cientificamente. “Nazismo é de esquerda”, “Quem matou mais os indígenas foram os próprios indígenas, pois gostavam de guerra”, “A escravidão negra já existia na África” (o que serve ao propósito de justificar a escravidão negra no Brasil Colonial), “A Ditadura Militar brasileira foi branda, pois matou pouca gente” etc. O próprio presidente do Brasil disse que “O português nem pisava na África. Foram os próprios negros que entregavam os escravos” no programa Roda Viva na TV Cultura<sup>1</sup>. São afirmações estapafúrdias segundo a perspectiva da ciência histórica. Como interferir nesta linha de pensamento tão propalada nas mídias? Não, não é tarefa fácil, mas é o que modestamente nos propomos com este livro que divulga propostas de ensino de história desenvolvidas na reflexão-ação.

A partir destes parâmetros, apresentamos os textos esperando que o leitor perceba que apesar destes terem sido produzidos no âmbito da graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, constituiu um esforço

---

<sup>1</sup> Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml> Acesso em 14 de setembro de 2019.

conjunto em relacionar reflexões travadas na disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História em articulação com outras disciplinas ministradas no curso e a preocupação em construir o conhecimento histórico na escola, mais fundamentado, para fazer frente às crenças problemáticas que circulam na sociedade.

Entendemos que a escola pode ser o lugar de confronto ou resistência ao descrédito em relação à ciência, que denominamos de pós-verdade, de contraconhecimento. São ideias que se instauram no senso comum, na História Pública, mas que também incidem na História especializada em forma de revisionismo.

Sobre o senso comum, consideramos como visão de mundo que o sujeito adquiriu em suas múltiplas relações e interações sociais. São julgamentos, naturalizações, concepções, crenças que tomam como referencial seu sistema de valores e comportamentos interiorizados em suas vivências e observações do mundo, diferentes do saber especializado/acadêmico. Embora não se baseie em métodos ou conclusões científicas, isto não quer dizer que o senso comum seja um saber inferior e/ou equivocado, sendo possível que tenha coerência e em alguns casos se aproxime do conhecimento científico. Denominamos de *polifasia cognitiva* a possibilidade da coexistência de modalidades distintas de conhecimento, quando diferentes tipos de racionalidades e saberes coexistem em um mesmo indivíduo ou grupo social (MOSCOVICI, 1978). Porém, o senso comum, dependendo do contexto histórico de produção, ainda que lidando com o conhecimento empírico da vivência, tende a privilegiar

heranças e códigos culturais enraizados/disseminadas no social. Este repertório de saberes, cada vez mais na contemporaneidade, vem englobando ideias históricas problemáticas.

Para Estevão Martins, o senso comum costuma operar mais com convicções, com certezas, enquanto o conhecimento histórico fundamentado trabalha com o verossímil, plausível e convincente, obtido pela metodologia da história e/ou pelo consenso/controlado científico entre os historiadores (MARTINS, 2017, p. 38). Por outro lado, o saber especializado/acadêmico da historiografia, as vezes propaga ideias anistóricas, porque distantes da ciência. Portanto, não há como apartar completamente o senso comum da história especializada em termos de concepções, mas sim (re)pensar a questão da capacidade de circulação/difusão/cooptação destes saberes.

No caso da História especializada, que supostamente seria o lugar da ciência, algumas vertentes vêm se autodenominando revisionistas. Vale saber que este seria o segundo revisionismo da História, sendo o primeiro o revisionismo comum na década de 70, 80 do século passado, abraçado pela Nova Esquerda “ansiosa para expor os preconceitos do pensamento ocidental, burguês e primordialmente masculino” (KACUTANI, p. 17, 2018). Neste tipo de revisionismo, entendidos por alguns como marxista ou pejorativamente de “esquerdista”, os historiadores procuravam reinterpretar “processos históricos [que] até então eram consensuais, seja como narrativas emanadas do Estado, ou mesmo narrativas acadêmicas bem estabelecidas” (MELO, 2014, p.19).

Entretanto, não devemos criar etapas, pois o segundo revisionismo se apresenta no mesmo período do primeiro com Furet retomando a Revolução Francesa como uma “derrapagem”, ou seja, para este, “o processo histórico francês deveria se dirigir, inevitavelmente, para a democracia e o capitalismo”, se o período jacobino não tivesse “atrapalhado este curso” (MELO, 2014, p. 21). Para Demian Melo, embora Furet quisesse parecer desinteressado (não ideológico) em sua abordagem, chamou de “vulgata lenino-populista” ou “jacobino marxista” outras abordagens que o contrariavam (MELO, 2014, p. 23), enfatizando o conceito de “revolução” e não de democracia/progresso desejável (MELO, 2014, p. 25). Ainda: para Furet, segundo Melo, qualquer “movimento popular com propostas de transformação radical igualitarismo social irá necessariamente se transformar numa experiência totalitária” (MELO, 2014, p. 28).

Nos aproximamos de Melo, entendendo o primeiro revisionismo como mais progressista que o segundo. Não se trata de paradigmas diferentes aos moldes de Kuhn, mas a História como terreno de disputa política. Sempre a ideia de que existe uma História canônica, oficial, tradicional a ser desconstruída, porém o segundo revisionismo passou a trabalhar com a retórica moralista, ou mesmo apologética em alguns casos, do que a partir de dados empíricos, evidências, acúmulo de pesquisas sobre o assunto e discussões conceituais, haja vista a reabilitação de Mussolini e a ideia de que o fascismo tem raízes na esquerda por De Felice ou as justificativas para os crimes nazistas contra a humanidade postas por Nolte (MELO, 2014; SENA JR; MELO; CALIL, p. 18, 2017).

Diante do exposto, podemos ver que o revisionismo não é prerrogativa brasileira e tem origens distantes, talvez até mesmo na década de 80 que colocamos aqui como marco. Damien Melo considera que o revisionismo apologético em relação ao franquismo e ao salazarismo são próprios de um contexto de crise europeia, pois “para operar a retomada das condições da acumulação capitalista, nada melhor que a normalização de um passado ditatorial de modo a tornar mais ‘suportável’ viver sob um ‘estado de exceção permanente’ (MELO, 2014, p. 47). Podemos transpor esta consideração para o contexto revisionista da Ditadura Militar Brasileira. O caso do revisionismo em relação ao genocídio indígena, à escravidão e ao racismo, certamente vincula-se às demandas de grupos que defendem o Estado Mínimo em substituição total ao Estado de Bem-Estar Social, - no Brasil, nem bem foi implementado -, como se esta fosse a solução para crise econômica e política que se instaura.

Nesta onda revisionista, que consegue entrecruzar visões do senso comum e da História especializada, é de extrema importância retomar as discussões que fazíamos na década de 80: 1) quando o Iluminismo representava uma ideia hegemônica ou eurocêntrica de História, promotora de noções colonialistas, civilizatórias, capitalistas de razão e progresso. Agora temos que criar um Novo Iluminismo como possibilidade de racionalizar o passado para construir intencionalidades pautadas na desnaturalização de preconceitos e estereótipos, humanizando o Outro (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 31); 2) quando a História-verdade era vista como imposição de apenas uma verdade. Atualmente, retomamos o

entendimento de que o conhecimento histórico é de natureza multiperspectivada (ALBUQUERQUE JR., 2012, p. 32), mas nem todas as versões são válidas se não pautadas na pesquisa histórica científica reconhecida por suas regras e padrões de práticas estabelecidos consensualmente e compartilhados pela comunidade de historiadores (RÜSEN, 2015, p. 66) e finalmente, 3) quando a cientificidade da História era relativizada, colocando-a como narrativa literária, se não propriamente ficcional. Hoje, procuramos recuperar a retórica e a estética como importantes, como “força interpeladora do discurso”, ou, em outras palavras, como fatores que permitem a inteligibilidade do destinatário da narrativa historiográfica (RÜSEN, 2007, p. 31). A “qualidade literária” do discurso ou narrativa histórica lida com o aspecto sensorial, simbólico e representativo do público-alvo, portanto, interfere de forma pré-cognitiva no modo de pensar historicamente (RÜSEN, 2007, p. 30-31). Mas esta narrativa histórica regulada pela estética e retórica não basta para que uma explicação histórica se desenvolva. O passado não pode ser visto como mera invenção, representação ou operação linguística (BUSTAMANTE, 2011, p. 157).

Neste sentido, frente ao antiluminismo das *Fake News*, às pós-verdades e à retórica sofisticada ou revisionistas conservadores, o aprendizado histórico, letramento ou alfabetização histórica, implicaria em fazer o aluno aprender a “pensar historicamente”:

Pensar historicamente pressupõe produzir bons argumentos sobre a questão e pressuposição

relacionadas ao passado, apelando à validade da história e à plausibilidade de suas afirmações; Pensar historicamente significa aceitarmos que sejamos obrigados a contar histórias diferentes daquelas que preferimos contar; Pensar historicamente significa compreender a importância de se respeitar o passado e tratar as pessoas do passado como elas gostariam de ser tratadas e não saqueando o passado para servir a determinados interesses do presente. (SCHMIDT, 2009, p. 2009)

Não só a escola tem a capacidade de acessar representações/conhecimento sobre o passado, mas é nela onde podemos criar de forma deliberada as condições para este conhecimento se produza. Quando dizemos “construir o conhecimento histórico fundamentado” ou “pensar historicamente”, estamos defendendo a possibilidade de a metodologia da história ser internalizada pelo aluno na escola para que ele depois a utilize para a compreensão da vida, do mundo, do Outro e de si mesmo. Nesta perspectiva, o aprendizado histórico por meio das fontes é fundamental na construção do conhecimento, fazendo com que o aluno entenda que a História não é uma questão de opinião, mas do trabalho (exaustivo) do historiador mediante determinados procedimentos.

Assim, neste livro, os autores pensaram em como tratar de certos temas, alguns polêmicos, em sala de aula.

Por isso a importância de refletirmos sobre que tipo de revisionismo queremos. Lembrando que a forma como entendemos a História, muda/justifica/constrói nossas ações, e assim, nosso lugar no mundo como sujeitos e

como coletividade. Um mundo em que pode predominar um pensamento mais crítico, e assim, mais humanizado/empático ao pensar o Outro, reorganizando um futuro mais justo.

### **Referências**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís, MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

BUSTAMANTI, A. G. História, desconstrucionismo e relativismo: notas para uma reflexão contemporânea. In SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 155-184.

KAKUTANI, Michico. *A morte da verdade*. Notas sobre a mentira na Era Trump. Trad. André Czaenobai e Marcela Duarte, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História: uma teoria da história como ciência. Tradução Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

como coletividade. Um mundo em que pode predominar um pensamento mais crítico, e assim, mais humanizado/empático ao pensar o Outro, reorganizando um futuro mais justo.

### **Referências**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís, MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

BUSTAMANTI, A. G. História, desconstrucionismo e relativismo: notas para uma reflexão contemporânea. In SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 2011, p. 155-184.

KAKUTANI, Michico. *A morte da verdade*. Notas sobre a mentira na Era Trump. Trad. André Czaenobai e Marcela Duarte, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História: uma teoria da história como ciência. Tradução Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.